

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2805.01-24-pe
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00011405/24

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos mobiliário, hospitalar, de escritório e aparelhos eletrônicos destinados à Unidade Básica de Saúde de Barreira/CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	Aparelho de Raio X digital portátil.	1.0	Unidade	30.525,18	30.525,18
Aparelho de Raio X digital portátil. Potencia mínima 20KW; Cabo disparador de dois estagios com comprimento minimo de 3M; Conexão via tomada de 03 pinos; Braço articulado pantográfico ou telescópio; Sistema conjugado ao gerador; Sistema de rodízios com travamento nas rodas; Registro na ANVISA.					
2	Aparelho eletrocardiográfico 12 canais	1.0	Unidade	13.074,58	13.074,58
Aparelho eletrocardiográfico 12 canais. Tela touch screen de alta resolução 8,4" ou superior; Teclado alfa numerico; Detecção de sinal fraco; Indicação da qualidade do sinal de ECG; Impressora termica de alta resolução para imprimir em papel termico tamanho A4; Suporte para impressora USB externa; Armazenamento interno para 500 ECGs; Transmissão de dados para PC (rede/wifi); Exportação de dados e relatório nos formatos PDF/FDA-XML; Registro ANVISA.					
3	Autoclave hospitalar horizontal 150 litros	1.0	Unidade	285.161,26	285.161,26
Autoclave hospitalar horizontal 150 litros. Capacidade de camara interna 75L; Dimensões mínimas interna da camara: 41cm altura x 120cm profundidade; Possuir 02 portas; No minimo 02 carros externos para acomodação de material; 01 carro interno para acomodação de material; Sistema de purificador de água por osmose; Registro ANVISA.					
4	Balança antropométrica adulta.	1.0	Unidade	2.665,55	2.665,55
Balança antropométrica adulta. Modelo digital: Capacidade máxima 200Kg; Regua antropométrica até 2M. Homologada pelo Inmetro.					
5	Balança antropométrica infantil	1.0	Unidade	1.455,00	1.455,00
Balança antropométrica infantil. Modelo digital; Capacidade máxima 16Kg; Concha 540x290mm. Homologada pelo Inmetro.					
6	Berço hospitalar com grade	2.0	Unidade	3.233,33	6.466,66
Berço hospitalar com grade. Cabeceira mecanica por manivela; Com colchão de espuma D28; Movimentos fawler. Registro ANVISA.					
7	Biombo triplo	11.0	Unidade	862,89	9.491,79
Biombo triplo. Confeccionado em aço/ferro pintado; Divisórias moveis com rodízios; Dimensões mínimas aberto: 183cm comprimento x 173cm altura; Dimensões mínimas fechado: 173cm altura x 67cm de largura x 40cm profundidade.					
8	Braçadeira para injeção	2.0	Unidade	216,67	433,34
Braçadeira para injeção. Confeccionada em aço/ferro, pintada, pedetal com regulagem de altura.					
9	Cadeira de rodas adulta banho	2.0	Unidade	924,33	1.848,66
Cadeira de rodas adulta banho. Com escosto; confeccionada em aço/ferro pintado; Escamoteável; Com elevação para os pés; Capacidade máximo de peso 120Kg; Rodisio com travas das rodas; Suporte braços. Registro ANVISA.					
10	Cadeira de rodas adulta.	4.0	Unidade	1.245,34	4.981,36
Cadeira de rodas adulta. Confeccionada em aço/ferro pintado; escamoteável; Elevação para os pés; Peso máximo suportado 120Kg, Registro ANVISA.					
11	Cama hospitalar tipo fawler eletrica	7.0	Unidade	13.261,33	92.829,31



Cama hospitalar tipo fawler elétrica. Estrutura de aço carbono com tratamento antiferrugem; Cabeceira removíveis; Grandes em material termoplástico injetado; Acionamento através de motor elétrico bivolt; Regulagem altura 58 a 76cm; Inclinação leito de 55 graus; Rodízios com freios; Capacidade máxima de peso 150Kg; Dimensões mínimas: 1,90m comprimento x 0,90m largura; Colchão espuma D28. Registro ANVISA					
12	Cardioversor/desfibrilador	1.0	Unidade	28.666,33	28.666,33
Cardioversor/desfibrilador. Modelo DEA; Oximetria. Bateria recarregável; Memória ECG; Alarmes sonoros. Registro ANVISA.					
13	Carro maca avançada.	2.0	Unidade	9.333,33	18.666,66
Carro maca avançada. Estrutura termoplástica ou aço carbono revestido; Cabeceira para apoio dorsal regulável; Grande em aço inox; Rodízios com freios; Suporte para soro; Capacidade máxima de peso 180 Kg; Dimensões mínimas: 190cm comprimento x 60cm altura x 82cm largura. Registro ANVISA.					
14	Carro preparo medicamentos	4.0	Unidade	1.547,57	6.190,28
Carro preparo medicamentos. Confeccionado em aço/ferro pintado; 04 Gavetas; Sistema de travas nas rodas; Dimensões mínimas: 0,40cm comprimento x 0,55cm largura x 116 cm de altura.					
15	Cilindro de gases medicinais.	12.0	Unidade	2.485,75	29.829,00
Cilindro de gases medicinais. Confeccionado em aço; Capacidade mínima 15 litros; Suporte com rodízios; Válvula reguladora e Fluxometro					
16	Foco cirúrgico	1.0	Unidade	33.250,00	33.250,00
Foco cirúrgico. Base móvel com rodízios, sistema de emergência e bateria; Lâmpada de led no mínimo 45.000 lux; Ajuste intensidade luminosa; Autônoma bateria mínima de 6 horas. Registro ANVISA.					
17	Impressora Dry filmes radiológicos.	1.0	Unidade	20.299,54	20.299,54
Impressora Dry filmes radiológicos. Sistema de impressão a seco; Resolução mínima 50 microns; Capacidade mínima de impressão 70 filmes/hora; Tamanho mínimo do filme 35x43cm; Resolução mínima impressão 300dpi; Capacidade mínima bandeja 100 filmes; Conexão direta com o aparelho de Raio X; Registro ANVISA.					
18	Maca simples	5.0	Unidade	1.872,92	9.364,60
Maca simples. Confeccionada em aço/ferro pintado; Cabeceira regulável; Colchão revestido em courvin; Capacidade máxima peso suportado 180Kg; Dimensões mínimas: 192cm comprimento x 65cm largura x 81 cm de altura.					
19	Mesa para exames	4.0	Unidade	3.260,42	13.041,68
Mesa para exames. Confeccionada em aço/ferro pintado; Colchão revestido em courvin; Dimensões mínimas: 180cm comprimento x 60cm largura x 80cm altura.					
20	Monitor Multiparametro.	1.0	Unidade	15.466,67	15.466,67
Monitor Multiparametro. Tela com dimensões mínimas de 12" de alta resolução; Bateria interna recarregável com duração mínima de 2 horas; Identificação do paciente; Comunicação em rede; Alimentação bivolt. Registro ANVISA.					
21	Negotoscópio	2.0	Unidade	1.236,81	2.473,62
Negotoscópio. 02 Corpos; Painel poliestileno; Iluminação fita de led; Alimentação bivolt; Dimensões mínimas: 70cm largura x 45 cm altura x 7cm profundidade.					
22	Poltrona hospitalar.	11.0	Unidade	2.448,67	26.935,37
Poltrona hospitalar. Confeccionada em aço/ferro pintado; Estofado courvin; Reclinável; Suporta peso máximo 180Kg.					
23	Suporte soro.	9.0	Unidade	158,33	1.424,97
Suporte soro. Tipo pedestal, Confeccionado em aço/ferro pintado; Mínimo 03 ganchos; Base fixa.					
24	Armário de aço alto.	12.0	Unidade	1.536,99	18.443,88
Armário de aço alto. 02 portas com fechadura; Confeccionado em aço; 04 prateleiras; Dimensões mínimas: 160cm altura x 70cm de largura.					
25	Ar condicionado 12.000 Btus.	7.0	Unidade	4.273,33	29.913,31
Ar condicionado 12.000 Btus. Modelo split; Digital; Ciclo frio; Eficiência de energia classe A; Serpentina de cobre; 220 Volts; Certificado Inmetro.					
26	Ar condicionado 18.000 Btus.	5.0	Unidade	5.273,24	26.366,20

Ar condicionado 18.000 Btus. Modelo split; Digital; Ciclo frio; Eficiencia de energia classe A; Serpetina de sobre; 220 volts; Certificado Inmetro.					
27	Ar condicionado 9.000 Btus	4.0	Unidade	4.172,75	16.691,00
Ar condicionado 9.000 Btus. Modelo split; Digital; Ciclo frio; Eficiencia de energia classe A; Serpetina de sobre; 220 volts; Certificado Inmetro.					
28	Ar condicionado 30.000 Btus.	1.0	Unidade	8.316,67	8.316,67
Ar condicionado 30.000 Btus. Modelo split; Digital; Ciclo frio; Eficiencia de energia classe A; Serpetina de sobre; 220 volts; Certificado Inmetro.					
29	Armário de aço baixo	15.0	Unidade	1.290,00	19.350,00
Armário de aço baixo. 02 portas com fechadura; Confeccionado em aço; 02 prateleiras; Dimensões mínimas: 100cm de altura x 70cm largura.					
30	Armário de aço inox	1.0	Unidade	3.192,55	3.192,55
Armário de aço inox. 01 porta; Estrutura aço inoxidável; 04 prateleiras; Dimensões mínimas: 160cm de altura x 70cm largura.					
31	Armário vitrine	10.0	Unidade	2.456,43	24.564,30
Armário vitrine. 01 porta de vidro com fechadura; Estrutura chapa de aço carbono; 04 prateleiras; Dimensões mínimas: 1528cm altura x 50cm largura x 42cm profundidade.					
32	Armário vitrine. 02 portas	12.0	Unidade	2.814,35	33.772,20
Armário vitrine. 02 portas; Confeccionado em aço/ferro pintado; 04 prateleiras; Dimensões mínimas: 145cm de altura x 65cm largura x 40cm profundidade.					
33	Bancada	2.0	Unidade	1.938,33	3.876,66
Bancada. Estrutura aço inox; 02 prateleiras; Dimensões mínimas: 200cm comprimento x 70cm largura x 90cm altura.					
34	Bebedouro de coluna	3.0	Unidade	1.629,67	4.889,01
Bebedouro de coluna. Tipo gelagua; 02 torneiras; 220 volts; Saida agua natural e gelada. Certificado Inmetro.					
35	Birô.	12.0	Unidade	688,67	8.264,04
Birô. 02 gavetas; confeccionado em madeira/MDP/MDF; Dimensões mínimas: 110cm largura x 60cm profundidade x 80cm altura.					
36	Botijão de gás.	5.0	Unidade	279,08	1.395,40
Botijão de gás. Confeccionado em aço; Capacidade mínima 13kg.					
37	Cadeira escritório	15.0	Unidade	736,11	11.041,65
Cadeira escritório. Tipo secretaria com braço; Giratória; Regulagem altura; Pés com rodízios; Assento e encosto de tecido.					
38	Cadeira uso geral.	40.0	Unidade	289,92	11.596,80
Cadeira uso geral. Confeccionada em aço/ferro; Sem braços; Assento e encosto em polipropileno.					
39	Cama beliche.	2.0	Unidade	2.183,00	4.366,00
Cama beliche. Confeccionada em madeira; Com colchão de espuma; Dimensões mínimas: 160cm de altura x 205cm de largura x 95 de profundidade.					
40	Cama solteiro simples	4.0	Unidade	2.161,53	8.646,12
Cama solteiro simples. Confeccionada em madeira; Com colchão de espuma; Dimensões mínimas: 94cm largura x 110 cm altura x 199cm comprimento.					
41	Carro transporte alimentos	2.0	Unidade	4.946,30	9.892,60

Carro		transporte	alimentos.		Confeccionado		em		aço/ferro		pintado;	02		
portas;		04	prateleiras;	dimensões	minimas:	70cm	altura	x	70	cm	largura	x	70cm	comprimento.
42	Carro transporte de material diversos					3.0	Unidade		4.429,50		13.288,50			
Carro transporte de material diversos. Confeccionado em polietileno; Capacidade minima 180L; Com rodizios; Dimensões minimas: 70cm altura x 60 cm largura x 70cm comprimento.														
43	Escada.					6.0	Unidade		179,76		1.078,56			
Escada. Confeccionada em aço/ferro pintado; 02 degraus; Material base antiterrapante; Capacidade maxima de peso 120kg.														
44	Fogão industrial.					1.0	Unidade		5.075,10		5.075,10			
Fogão industrial. Confeccionado em ferro fundido; 04 bocas; Coletor de gorduras; alimentação queimadores GLP.														
45	Forno microondas.					2.0	Unidade		1.300,05		2.600,10			
Forno microondas. Capacidade minima 26L; 220 volts; Função descongelar; Travas de segurança.														
46	Feezer horizontal					1.0	Unidade		6.973,49		6.973,49			
Feezer horizontal. 02 portas; Capacidade minima 325L; Bivolt														
47	Frigobar					2.0	Unidade		2.465,79		4.931,58			
Frigobar. Capacidade minima 120L; Pés niveladores; Bivolt.														
48	Geladeira.					1.0	Unidade		5.321,09		5.321,09			
Geladeira. Capacidade minima 300L; Sistema frost free; Capacidade minima armazenamento congelador 47L; Bivolt														
49	Lavadora de Roupa.					1.0	Unidade		3.727,84		3.727,84			
Lavadora de Roupa. Domestica; Capacidade minima 15Kg; Pés niveladores; Reaproveitamento da agua; Dispenser para sabão														
50	Longarina.					10.0	Unidade		1.279,11		12.791,10			
Longarina. 03 assentos Confeccionada em ferro pintado; Sem braços; Assento e encosto polipropileno; Capacidade maxima de peso 120kg.														
51	Mesa impressora					6.0	Unidade		636,13		3.816,78			
Mesa impressora. Estrutura aço/ferro; Tampo madeira/MDP/MDF; Dimensões minima: 80cm altura x 60cm largura x 40cm comprimento.														
52	Tv 32 polegadas					7.0	Unidade		3.427,64		23.993,48			
Tv 32 polegadas. Função smart TV; Resolução 4K; Entradas: USB e HDMI; Controle remoto; Bivolt.														
53	Computador desktop básico completo					6.0	Unidade		3.816,67		22.900,02			
Computador desktop básico completo. Processador Intel Core i5, Monitor led 19"; Teclado padrão ABNT2; Mouse; Armazenamento interno minimo SSD 240GB; Memória RAM minima 8GB; Portas: UBS; HDMI, Video; Sistema operacional Windows 10 Pro 64 bits instalado, garantia minima de 12 meses.														
54	Impressora multifuncional					6.0	Unidade		1.969,98		11.819,88			
Impressora multifuncional (Impressora, Scanner e Copiadora). Impressão jato de tinta; Eco tank; Resolução minima de impressão 1200 x 1200 DPI; Velocidade minima de impressão 35 PPM; Suporte para papel: A5; A4; Carta e Ofício; Bandeja alimentação papel minimo de 100 folhas; Cilco mensal minimo 30.000 Paginas; Wifi; Bivolt. Garantia minima de 12 meses.														
55	Nobreak.					12.0	Unidade		875,90		10.510,80			
Nobreak. Potencia nominal minima 1,2kv; Tesão de entrada 220V; Tesão saída 110V; Autonomia minima da bateria 15 minutos; 06 Tomadas de saidas padrão brasileiro. Garantia minima de 12 meses.														

56	Impressora multifuncional	1.0	Unidade	3.633,68	3.633,68
Impressora multifuncional (Impressora, Scanner e Copiadora). Impressão laser; Padrão cor monocromático; Memória RAM mínima 128MB; Resolução mínima de impressão 600 x 600 DP e Digitalização 1200 x 1200 DPI; Velocidade mínima de impressão 30 PPM; Suporte para papel: A5; A4; Carta e Ofício; Bandeja alimentação papel mínimo de 150 folhas; Cilco mensal mínimo 30.000 Páginas; Wifi; Bivolt. Garantia mínima de 12 meses.					
57	Liquidificador industrial	1.0	Unidade	1.930,67	1.930,67
Liquidificador industrial. Confeccionado em aço inox; Capacidade mínima 5L; Potência mínima 1300W; Bivolt					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de de 7 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 1.033.512,47 (um milhão e trinta e três mil, quinhentos e doze reais e quarenta e sete centavos)

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 15 (quinze) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: RUA LÚCIO TORRES, 622, CENTRO, Barreira / CE.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Item.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).;

8.2.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração,



cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 0701.10.301.0271.2.057 - Gestão dos Serviços de Atenção Básica, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905299 - Equipamentos e Material Permanente 44905239 - Equipamentos e Material Permanente; 0701.10.302.0276.1.024 - Aquisição de Equipamentos Hospitalares, no(s) elemento(s) de despesa(s): 44905299 - Equipamentos e Material Permanente 44905239 - Equipamentos e Material Permanente; .

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Barreira/CE, 29 de maio de 2024

